



DO CAMPO À CIDADE: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Patrícia Marcelina Loures PUC Goiás. Curso de Pedagogia¹

Adilson Alves da Silva. PUC Goiás. Curso de Pedagogia²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

DO CAMPO PARA A CIDADE

De acordo com Silva (2012), o agronegócio vive atualmente um cenário de grande investimento do Estado como uma política que fortalece cada vez mais a exportação de produtos agropecuários. Paradoxalmente a esse processo, pequenos agricultores estabelecidos no campo são forçados a migrarem para as cidades, pois as políticas agrícolas nacional, estaduais e municipais pouco favorecem as condições de enraizamento de famílias por meio da agricultura familiar, acompanhada de serviços como saúde, créditos, assistência técnica, esporte, cultura, lazer e uma educação que contribui para o desenvolvimento local. A precariedade dessas políticas sociais acentua mais ainda o êxodo rural, principalmente por parte da juventude que é obrigada a deixar suas famílias e migrar para as médias e grandes cidades em busca de qualificação profissional.

O campo vai dia a dia esvaziando-se em virtude das políticas e a população com idade mais elevada também acaba não conseguindo manter-se no campo. Esse fator é mais complexo porque grupos políticos que estão na gestão do Estado, bem como a maioria de parlamentares, têm íntima relação com o agronegócio e recebem doações vultosas para campanhas em períodos eleitorais. Isso faz com que fiquem atrelados aos agropecuaristas,

¹ Professora Mestre, ministra aulas no Curso de Pedagogia e demais licenciaturas da PUC Goiás. Membro do Programa de Educação e Cidadania/ PROEX/CDEX- PUC Goiás. E-mail: patricia.lourespucgo@gmail.com.

² Professor Mestre, ministra aulas no Curso de Pedagogia e demais licenciaturas da PUC Goiás. Coordenador do Programa de Educação e Cidadania/ PROEX/CDEX- PUC Goiás. E-mail: adilson.cptgo@gmail.com.



beneficiando-os com políticas públicas, ignorando a agricultura familiar e não valorizando a cultura dos povos que moram no campo. Embora pesquisas comprovem a importância da agricultura familiar, o Estado de Goiás não favorece e incentiva esse segmento.

O grande problema do êxodo rural é que a maioria das famílias que acabam migrando para a cidade não encontram melhores condições de vida e vão se aglomerando nas periferias das cidades. Dessa forma, nem sempre conseguem ter uma vida digna usufruindo de direitos constitucionais. Tal fato gera, pois, uma crise de identidade, porque não são mais camponeses, muito menos totalmente urbanos. Muitas delas desejam o estudo para os filhos, já que não conseguiram alcançar os objetivos almejados na idade certa, como apontam vários estudiosos como Bosi (1988), por exemplo. Portanto, a educação do campo precisa receber investimento financeiro do Estado, conforme preconiza a legislação específica, porque a realidade é diferente do meio urbano. Nas palavras de Silva (2012, p. 88),

[...] educação do campo precisa ser diferente da educação urbana não como merecedora de uma disparidade e distanciamento na elaboração de políticas públicas. Pelo contrário, o campo precisa da cidade e vice-versa. Mas, no processo ensino aprendizagem, é preciso levar em conta que o conhecimento deve ser do particular para o universal e vice-versa dentro do método dialético. A escola da qual falamos não é qualquer escola que fica limitada ao mundo das primeiras letras como no passado, ela precisa estar engajada na luta do seu povo e, acima de tudo, cumprir a sua função social.

Em se tratando da escola urbana, ela agrega elementos aos alunos oriundos das zonas rurais? Ainda nesse sentido, cabe aqui outro questionamento: a escola urbana agregaria os alunos residentes no campo e transportados para a escola urbana? Ou, melhor dizendo, os agora urbanos oriundos do campo? Semeraro (2014), em seus estudos ligados a Gramsci, aponta um potencial revolucionário camponês evidenciado em relação à questão agrária e na relação campo-cidade.

Deste modo, neste estudo refletimos sobre dois tipos de situação: a dos agentes sociais, que insistem em viver no campo; e as populações oriundas do campo, que vivem nas periferias de grandes cidades e pequenas cidades do interior. Em ambas as situações há dificuldades de diversas ordens. O trabalho e a educação compõem esse quadro. Uma das alternativas desses grupos tem sido manter suas características culturais como forma de



resistência à ordem vigente a qual são submetidos. Um dos elementos presentes são as manifestações culturais de cunho religioso popular através das quais se mantém uma circularidade de saberes e processos de transmissão e renovação de saberes sempre ligados à história, memória e à vida presente.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DOS RITUAIS DA CULTURA POPULAR RELIGIOSA

Trataremos aqui da importância da memória e dos ritos oriundos da cultura popular, tendo como pressuposto que as famílias, mesmo sofrendo um drástico processo de migração do campo para as cidades, nestas mantém forte o modo de vida do campo. Loures (2012) destaca alguns rituais (manifestações da cultura popular religiosa – Folia de Reis, Benzeções, Catiras, e Novenas urbanas e rurais) por meio dos quais é possível perceber coesão do grupo e o processo de ensinar e de aprender. É válido dizer, concordando com Bourdieu (2008), nesse sentido, que o *habitus* funciona como a materialização da ‘memória coletiva’ do grupo, à medida que prepara seus sucessores com o arcabouço de saberes daquele grupo (precursores), a partir dos elementos guardados ao longo do tempo na memória. E como veremos adiante, ao contrário do que hipotetizávamos no início deste trabalho a respeito da aquisição do *habitus*, o processo de transmissão de saberes não ocorre somente por meio da tradição oral com recursos guardados na memória.

Em todos os rituais, há um motivo para sua manutenção e existência numa determinada comunidade. A presença da memória dos antepassados é o principal motivo que é justificado pelos agentes sociais que participam das manifestações culturais. Os jovens que participam seguem os ensinamentos de seus mestres, porém sabe-se que esse processo de resistência da cultura popular não tem sido fácil frente à modernidade.

Guardar essa memória dos precursores para garanti-la aos seus sucessores foi feito em alguns momentos por meio da linguagem escrita. Isso



foi observado no livro de folia do Sr. J.L.; na pasta catálogo de um folião embaixador “analfabeto”, mas isso não o impediu de manter uma organização exemplar com diversos escritos de folia como se fossem uma relíquia. Nesse caso, ele viveu a maior parte da vida no campo e agora reside na periferia da capital do Estado. Participa das folias em seu local de origem no campo “quando é tempo de folia” e pratica o mesmo ritual no setor onde reside com a ajuda de seus companheiros do interior e alguns ainda residentes no campo.

Se na sociedade de classes todos partilhassem da mesma cultura, dos mesmos modos e formas de expressão, não haveria a mínima necessidade do termo cultura popular, como aponta Burke (2010). Entendemos, que, por ser cultura e por ser popular, os modos e formas de expressão advêm das manifestações mais adversas do povo. E, assim, são estabelecidas as relações simbólicas contendo certas visões de mundo compartilhadas, características das classes subalternas. Nesse sentido, o termo cultura popular está atrelado ao que as classes populares produzem em seu fazer diário. Logo, o que não é popular está ao nível do erudito. Assim, tratamos da cultura popular enquanto importante instrumento de resistência à classe dominante e a uma cultura que lhe é imposta.

O *habitus* é também incorporação da memória coletiva, em seu sentido próprio. As disposições duráveis que caracterizam o *habitus* são também disposições corporais que constituem a “*hexis corporal*” (a palavra latina *habitus* é a tradução do grego *hexis*). Estas disposições formam uma relação com o corpo e dá a cada grupo um estilo particular. Mas Bourdieu observa que a *hexis corporal* é muito mais que um estilo próprio. Ela é uma concepção de mundo social “incorporada”, uma moral incorporada. Cada pessoa, por seus gestos e suas posturas, revela o *habitus* profundo que o habita, sem se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso. Pela *hexis corporal*, as características sociais são de certa forma “naturalizados”: o que parece e o que é vivido como “natural” depende, na realidade de um *habitus*. Esta “naturalização” do social é um dos mecanismos que garantem mais eficazmente a perenidade do *habitus*. (CUCHE, 2002, p. 173, grifo dos autores).

Halbwachs (2006), aponta, os mecanismos pelos quais atuam a memória coletiva. Nesse sentido, “nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. Recolhi aquela “evocação em disciplina” que chamei de memória-trabalho”. (BOSI, 1994. p. 37). Assim também completa Bourdieu:



O trabalho de fabricação propriamente dito não é nada sem o trabalho coletivo de produção do valor do produto e do interesse pelo produto, isto é, sem o conluio objetivo dos interesses que alguns dos agentes, em razão da posição que ocupam em um campo orientado para a produção e circulação deste produto, possam ter em fazer circular tal produto, celebrá-lo e, assim, apropriar-se dele simbolicamente. (BOURDIEU, 2008, p. 163-164).

Na luta diária em meio ao trabalho, os agentes evocam suas memórias que a nosso ver é uma mola propulsora ao processo de sobrevivência da identidade de um grupo. Nesta perspectiva,

[a] memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. [...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Halbwachs (2006) afirma que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena da qual são imagens parciais. Existiriam, assim, memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Dito de outro modo, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal. Enfim, as lembranças que são comuns, diferenciam-se em momentos em que são evidenciadas por determinados agentes sociais, mas a essência das mesmas permanece na memória coletiva do grupo.

Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo, que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir em alguns momentos, nem por isso o indivíduo deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e



progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas

Bosi (1994) afirma que, a maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Sob essa perspectiva, a memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente da cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representação que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então, e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor em relação ao popular.

Recorrente e original, a conotação que Gramsci confere ao “popular” em seus escritos é tão marcante que chega a tornar-se critério decisivo para determinar o valor de uma práxis política. Na verdade, antes de ser elaborada nas formas teóricas, essa componente deriva em Gramsci do seu pertencimento ao mundo popular e, principalmente, das opções políticas que o levaram desde cedo a posicionar-se decidida e abertamente em sintonia com as lutas das classes subalternas. Forjada na Sardenha, sua terra natal empobrecida e marginalizada, essa sensibilidade se aprofunda na medida em que Gramsci se envolve intensamente com as reivindicações populares no “mundo grande e terrível”. (GRAMSCI, 1996, p. 158, apud SEMERARO, 2014, p. 62, grifo dos autores).

O pensamento de Gramsci, contribui nessa discussão, especialmente quando se trata do potencial revolucionário das classes populares, em especial os camponeses. Entendemos aqui camponeses como muitos daqueles que saíram do campo para tentarem uma vida na cidade,

De modo que seu grande interesse pelo senso comum, a religião, as linguagens, o bom senso, o folclore, não figura como curiosidades e aspectos marginais, mas é terreno fértil para descobrir fermentos de uma visão de mundo própria dos subalternos: “Gramsci talvez seja o primeiro marxista ocidental que manifesta um autêntico interesse eminentemente político pela cultura popular, porque nela se manifestava uma produção de significados e interpretações do mundo provenientes das classes subalternas”. (CAPUZZO, 2009, p. 49 apud SEMERARO, 2014, p. 62).

Desse modo não há política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo do espírito popular criativo. Semeraro (2014, p. 65) afirma que ‘Às margens da História’ é uma parte do



livro ‘Cadernos do Cárcere’, cujo foco recai sobre “uma crítica cortante às elites e aos seus intelectuais que criminalizavam as sublevações populares e as desqualificavam”.

Daí a importância de valorizar o espírito criativo da cultura popular, uma vez que esta se mostra enquanto instrumento de resistência ao processo avassalador ao qual estão expostas as mais diversas manifestações da cultura popular vistas nesta reflexão como parte do patrimônio imaterial.

AS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A partir de Soares e Klamt (2004), o conceito de patrimônio é vasto e compreende as particularidades ou especificidades de um local, região ou sociedade. Isto quer dizer que o conceito de cidadania se refere ao direito que as sociedades têm de serem diferentes umas das outras. Tais diferenças sinalizadas pelos autores incluem, a nosso ver, todo um universo material e imaterial nos quais estão inseridas especificidades locais e/ou regionais de uma sociedade. O problema apontado anteriormente é que a Educação Patrimonial está presente na memória do grupo e que determinados saberes sociais prevalecem em detrimento de outros. Isso é uma questão de cidadania, uma vez que: “Cidadania é o direito que todos os cidadãos têm de poderem exercer suas práticas religiosas, manifestações culturais, opções políticas, entre outras coisas”. (SOARES; KLAMT, 2004, p. 46)

Dessa maneira, todo objeto ou ação que diz respeito à identidade e à memória de uma sociedade constitui seu patrimônio, assim como as manifestações materiais e imateriais. Sabemos, nesse sentido, da importância da preservação dos bens patrimoniais materiais e imateriais que ainda estão em constante transformação, daí a necessidade do registro, pois em se tratando principalmente dos bens de ordem imaterial, somente os praticantes dos ofícios tradicionais e seus membros é que definem por quanto tempo pode perdurar determinada manifestação cultural. Desse modo,

[...] se olharmos as diferentes sociedades, veremos que elas se agrupam por finalidades. Os povos unem-se por questões de linguagem, religião, ocupação de espaço ou ancestralidade. As características únicas de cada sociedade, bem como os laços que as



unem, servem para identificá-las como pertencente a um grupo em contraposição a outro. Dessa forma, o conjunto de valores, regras de convivência, padrões de expressão e/ou qualquer outra manifestação são considerados como identidade cultural. (SOARES; KLAMT, 2004, p. 47-48).

Para Soares e Klamt (2004), a identidade é o elemento que caracteriza os membros de uma sociedade, comunidade ou grupo humano entre si e perante os outros. Assim, a identidade de um grupo de pessoas pode ser tomada pelas suas características peculiares, que as diferem das outras. Um exemplo passível de entendimento é o processo identitário de imigrantes. Outro exemplo são os povos que aqui viviam antes dos europeus, e dividiam-se em diversos grupos bem diferentes, com línguas, costumes e religiões próprias.

Sem memória não há identidade, desaparece a cultura e destrói-se a consciência coletiva. As sociedades que possuem escrita mantêm relatos de seus acontecimentos, é a história. Os grupos sem escrita usam os mitos e lendas repetidas oralmente para manter acesa memória. É através dela (memória) que mantemos nossos hábitos, nossa forma de falar, nossas expressões, nossos costumes. É nossa memória, transformada em história que nos difere de outros grupos e outras sociedades. Nossa história é o retrato de nossos costumes. (SOARES; KLAMT, 2004, p. 49).

Para os autores, nessa categoria estão os bens de ordem intelectual. São as formas de conhecimento ligadas ao “fazer”, quer dizer, o conhecimento dos métodos e técnicas para fazer qualquer coisa, seja uma casa, um móvel, ou qualquer outra coisa. Também a literatura, a música, as canções folclóricas são manifestações de ordem intelectual e os bens de ordem emocional, que são as manifestações culturais das pessoas ou comunidades, tais como o folclore, os desfiles cívicos, as formas de expressão religiosa e artística, erudita e popular, que se manifestam por meio da literatura, música, dança, etc. A festa do “Divino Espírito Santo”, as “Procissões”, incluindo os rezadores, foliões, entre outros que podem ser citados como bens de ordem emocional.

Os bens culturais, especialmente os de ordem imaterial, são ensinados por agentes sociais portadores de saberes. Geralmente, são os mais velhos que exercem uma liderança carismática e possuem certa respeitabilidade dentro da comunidade, seja ela rural ou urbana. A esse agente



chamamos de educador social que é o responsável pelo processo de ensino e de circularidade de saberes dentro do grupo.

Para Brandão (2007), educação é uma espécie de fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade, às vezes a ocultar, às vezes a inculcar, de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. Dessa forma, entendemos por “transferência de saber” as formas de transmissão de saberes de uma geração a outra. Para o autor, onde há o que ensinar sempre se cria algum modo de ensinar e aprender. Os saberes, as crenças (rezas, promessas, benzeções, simpatias, cantigas, etc), os gestos (silêncio em momento de oração, ouvir um adulto falar ou rezar, imitar o adulto, saber se portar perante os rituais, etc), os símbolos (símbolos como altares, velas, vestimentas, enfeites, arcos, ramos, rosários, santos, fogueira, etc) alimentação, entre incontáveis símbolos se idealizam e projetam o que os grupos querem realizar.

A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada à sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser. (BRANDÃO, 2007, p. 13).

Gohn (2010, p. 55) destaca que

[...] Educador Social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes e da reconstrução e ressignificação [...] em confronto com o novo que se incorpora.

Portanto, a figura do educador social é decisiva à manutenção de saberes específicos locais numa determinada comunidade. Por esse motivo, definimos os agentes sociais portadores de saberes e transmissores dos mesmos como a figura do “Educador Social”.

A autora trata em seu trabalho da educação como promotora de mecanismos de inclusão social:

Entende-se por inclusão, as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam,



simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados, em programas sociais compensatórios e conservadores. (GOHN, 2010, p. 94).

Esses elementos, os quais os promotores da cultura popular fazem existir frente aos agentes de seus grupos com os recursos que lhes são disponíveis, talvez sejam uma das formas de responderem ao modo de organização do sistema em que vivem. Ainda assim, lhes falta ter acesso a muitos bens simbólicos da sociedade capitalista, visto que ela os nega em virtude de uma cultura convertida, superior, elitista e excludente que privilegia o que é cultivado, erudito, em detrimento do popular que é criação e recriação do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O não incentivo do Estado nas políticas públicas, que propiciam a prosperidade de famílias que vivem da pequena agricultura, resulta no êxodo rural. Entre as políticas que proporcionam melhorias nas condições de vida no campo, destacamos a urgência de serem realizados investimentos na educação que, em virtude de sua precariedade, influencia os jovens a morar nas cidades, sendo seguidos por suas famílias. Uma vez morando nas cidades, a maioria das famílias vive na marginalidade, nas periferias. Nessas condições, há uma crise de identidade e um fator importante é que esses indivíduos resistem por meio da reprodução dos modos de vida de outrora no campo.

A cultura e a memória populares são cultivadas como tesouros e se manifestam nas mais variadas formas. Acreditamos que tanto em cidades do interior quanto em periferias urbanas dos grandes centros há um processo de circularidade de elementos da cultura popular que por sinal vem sendo guardada pela memória coletiva. A presença dos educadores sociais nas manifestações culturais é o que tem garantido a presença de saberes que fogem à regra da lógica capitalista. Partilhar de um sistema de crenças, os quais compõem os saberes imateriais conferindo-lhes reconhecimento, os torna legítimos pelos seus pares à medida que os saberes são ensinados a



cada geração fazendo-os presentes enquanto o grupo o definir como necessário.

Não podemos deixar de ressaltar aqui, o quanto os programas de extensão desta universidade (PUC Goiás) são importantes no processo de salvaguarda das culturas sinalizadas no texto, especialmente por meio de ações do PEC (Programa de Educação e Cidadania/ PROEX/CDEX/PUC Goiás). Tais ações semestrais, tem contribuído tanto com a ida de professores pesquisadores à campo em regiões rurais e ou periféricas urbanas quanto, à vinda de grupos e agentes sociais (que mantém as manifestações culturais do grupo) a esta universidade e diga-se de passagem, boa parte deles pisaram em solo universitário pela primeira vez...mais isto é assunto para uma outra história, aquela história que a história não conta.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléia. *Problemas Ligados à Cultura das Classes Pobres*. In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. *A Cultura do Povo*. (Coleção do Instituto de Estudos Especiais) São Paulo: Cortez, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007

BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: uma contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº 9.394/96.

CUCHE, Denis. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de: Viviane Ribeiro. Baurú: EDUSC, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não Formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 1).

LOURES, Patrícia Marcelina. *Inventário de benzeções, rezas e novenas, folias e congada: educação nas manifestações culturais*. 2012. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

LOURES, Patrícia Marcelina. *Limites e possibilidades da educação patrimonial na escola*. VI Fórum de Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio/ Os desafios da Educação Patrimonial. IEDS; MACPS; UFMG. 2014



SEMERARO, Giovanni. ***Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25.*** *Educ. Soc.* 2014, vol.35, n.126, pp. 61-76

SILVA, Adilson Alves da. *A educação do campo em Goiás: contribuições da Comissão Pastoral da Terra.* 2012. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

SOARES, André Luis R.; KLAMT, Sérgio Celio. *Breve Manual de Patrimônio Cultural: subsídios para uma educação patrimonial.* Revista CEPA, vol.28, n. especial, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.